

Estrada de Ferro Vitória à Minas - EFVM

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.



Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstrações Financeiras

“Carve-out”

31 de dezembro de 2020



Estrada de Ferro Vitória a Minas
Índice das Demonstrações Financeiras “Carve-out”

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”	3
Demonstração do Resultado	6
Balanço Patrimonial	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras “Carve-out”	8
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras “Carve-out”	
3. Pandemia de Coronavírus	
4. Receita de serviços, líquida	
5. Custos e despesas, por natureza	
6. Resultado financeiro	
7. Tributos sobre o lucro	
8. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias	
9. Intangível	
10. Imobilizado	
11. Provisões para processos judiciais	
12. Contas a pagar - RFFSA	
13. Patrimônio líquido	
14. Partes relacionadas	
15. Outras informações	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	19

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras “Carve-out”

Aos Administradores
Vale S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras “Carve-out” da Estrada de Ferro Vitória a Minas (“Ferrovia”) da Vale S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial “Carve-out” em 31 de dezembro de 2020 e a demonstração do resultado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras “Carve-out” acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estrada de Ferro Vitória a Minas em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “Carve-out”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras “Carve-out”

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas 1 e 2 às demonstrações financeiras “Carve-out”, que descrevem que a Ferrovia não operou como uma única entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, essas demonstrações financeiras “Carve-out” não são necessariamente um indicativo do desempenho de suas operações, que poderia ter existido, caso a Ferrovia tivesse operado como uma única entidade durante o exercício apresentado, nem de seu desempenho futuro. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Restrição de uso e distribuição

As demonstrações financeiras “Carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e a Companhia. Dessa forma, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outros propósitos. Portanto, nosso relatório é destinado somente aos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes.

Vale S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras “Carve-out”

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “Carve-out” de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “Carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “Carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Ferrovia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “Carve-out”, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ferrovia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras “Carve-out”.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras “Carve-out”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “Carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “Carve-out”.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “Carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ferrovia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Vale S.A.

financeiras “Carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ferrovia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “Carve-out”, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras “Carve-out” representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Patrício M. Roche

Patrício Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2020	2019
Receita de serviços, líquida	4	2.131.243	2.248.250
Custos dos serviços prestados	5(a)	(2.074.094)	(1.998.633)
Lucro bruto		57.149	249.617
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	5(b)	(36.721)	(21.571)
Outras receitas operacionais, líquidas	5(c),12	7.751	3.079.916
Lucro operacional		28.179	3.307.963
Resultado financeiro	6	312.765	306.608
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		340.944	3.614.571
Tributos sobre o lucro	7		
Imposto de renda		(85.236)	(903.643)
Contribuição social		(30.685)	(325.311)
		(115.921)	(1.228.954)
Lucro líquido do exercício		225.023	2.385.617

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

Estrada de Ferro Vitória a Minas

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo			
Ativo circulante			
Partes relacionadas	14	35.047	78.053
Almoxarifado		112.986	147.350
Outros		27.872	16.064
		175.905	241.467
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	14	6.804.314	7.212.541
Tributos a recuperar	8	-	60.789
Depósitos judiciais	11	295.111	345.612
		7.099.424	7.618.941
Intangível	9	13.401.520	2.775.682
Imobilizado	10	2.819.453	2.708.519
		16.220.972	5.484.202
Total do ativo		23.496.302	13.344.609
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e empreiteiros		137.994	206.162
Obrigações sociais e tributárias	8	3.349.947	3.163.515
Partes relacionadas	14	26.275	104.019
Prorrogação antecipada da concessão	9	920.150	-
Dividendos a pagar	13 (c)	53.443	613.137
		4.487.809	4.086.833
Passivo não circulante			
Prorrogação antecipada da concessão	9	9.613.394	-
Provisões para processos judiciais	11	522.011	556.269
Outros		1.688	1.687
		10.137.093	557.956
Total do passivo		14.624.902	4.644.789
Patrimônio líquido	13		
Contribuição de capital		4.511.543	4.511.543
Resultados acumulados		4.359.857	4.188.277
Total do patrimônio líquido		8.871.400	8.699.820
Total do passivo e patrimônio líquido		23.496.302	13.344.609

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras "Carve-out".

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a "Ferrovia" ou "EFVM") compreende uma ferrovia de 905 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

No ano de 2020, a Ferrovia transportou 57.430 mil toneladas (em TU – tonelada útil tracionada) de produtos da Companhia (2019: 79.074 mil toneladas) e 379 mil passageiros (2019: 947 mil).

Em dezembro de 2020, a Vale assinou os termos de prorrogação antecipada das concessões ferroviárias relacionadas à Estrada de Ferro Carajás ("EFC") e Estrada de Ferro Vitória a Minas ("EFVM"), por um período adicional de trinta anos, de 2027 a 2057, para maiores detalhes veja nota 9.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras “Carve-out”

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras “Carve-out” (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº 3.847, publicada em 26 de junho de 2013.

Todas as informações relevantes próprias dessas demonstrações financeiras e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Carajás, bem como correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Vale.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladoria da Vale, e foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado com a União, e contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo “Termo de Compromisso” mencionado anteriormente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Vale, em 14 de maio de 2021.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira.

d) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados. Adicionalmente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A Ferrovia não adotou antecipadamente nenhuma destas normas e não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em exercícios subsequentes.

e) Estimativa e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Ferrovia na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas conforme especificado nas notas 10 e 11.

3. Pandemia de Coronavírus

A pandemia de coronavírus se desenvolveu rapidamente em 2020, com relatos de várias fatalidades decorrentes da COVID-19, incluindo locais onde a Ferrovia tem suas principais operações. As medidas tomadas por vários governos para conter o vírus afetaram a atividade econômica. A Companhia tomou várias medidas para monitorar e prevenir os efeitos do vírus da COVID-19, tais como medidas de segurança e saúde para os seus empregados (como distanciamento social e trabalho remoto) e garantindo o fornecimento de materiais essenciais ao processo de produção da Companhia.

A Companhia continua apoiando as comunidades próximas às unidades operacionais, com foco especial nas comunidades brasileiras que foram mais afetadas pela pandemia.

Uma parte da receita da Ferrovia é originada das vendas de bilhetes do trem de passageiros, cujas operações foram paralisadas no segundo trimestre de 2020 em virtude da COVID-19, justificando a queda significativa do número de passageiros embarcados no exercício, conforme apresentado na nota 1. A Ferrovia retornou suas operações do trem de passageiro em setembro de 2020 respeitando as orientações sanitárias do governo. No que se refere às atividades ferroviárias de transporte de minério de ferro e carga geral, a Ferrovia não identificou impactos até o momento.

Apesar de alterações incomuns significativas ocorridas no valor dos ativos financeiros em muitos mercados desde o início da pandemia, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos nas suas operações e nem no valor justo dos ativos e passivos da Ferrovia até o momento. Contudo, caso a pandemia se prolongue ou aumente a intensidade nas regiões onde a Ferrovia opera, as condições financeiras ou os resultados das operações ainda podem ser negativamente impactados no futuro.

4. Receita de serviços, líquida

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Transporte próprio da Vale (i)	1.740.722	1.897.033
Transporte de carga geral e de passageiros	294.198	325.904
Receita acessória de transporte	539.829	506.962
Abatimentos e cancelamentos	-	(6)
Impostos sobre receitas	(443.506)	(481.643)
Total	2.131.243	2.248.250

(i) A variação da receita de minério próprio da Ferrovia está atrelada principalmente à redução do volume transportado, conforme apresentado na nota 1. Essa redução está vinculada a problemas na produção das minas de Itabira e Timbópeba.

Política contábil

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere o controle dos bens e serviços para o cliente, e por um montante que reflete a contraprestação que a Ferrovia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

5. Custos e despesas por natureza

a) Custos de serviços prestados

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Pessoal	(611.014)	(546.500)
Material e serviço	(721.978)	(621.142)
Óleo combustível e gases	(238.400)	(321.356)
Depreciação e exaustão	(453.965)	(433.372)
Outros	(48.737)	(76.263)
Total	(2.074.094)	(1.998.633)

A variação do exercício está alinhada principalmente ao aumento no serviço de infraestrutura da via, maior investimento em ativos, justificando uma maior depreciação. Vale destacar também a redução no consumo de combustível, que está vinculado a redução no volume transportado de minério devido ao evento Brumadinho ocorrido em 2019.

b) Despesas com vendas e administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Pessoal	(21.165)	(11.699)
Serviços	(9.687)	(4.991)
Depreciação e amortização	(1.468)	(1.973)
Outras	(4.401)	(2.908)
Total	(36.721)	(21.571)

c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Provisão para processos judiciais (i)	(51.546)	(97.572)
Pesquisa e Desenvolvimento	(4.695)	(6.466)
Venda de Materiais	12.122	15.063
Receitas de aluguel	46.316	49.053
Reversão de provisão RFFSA (nota 14)	-	3.116.168
Outras	5.554	3.670
Total	7.751	3.079.916

(i) Variação da conta é justificada pela alteração de prognóstico de alguns processos de possível para provável de natureza trabalhista em 2019.

Política contábil

Despesas com vendas e administrativas - Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente é comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas - Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

6. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros	(26.913)	(44.858)
Variações monetárias e cambiais (i)	(66.184)	(151.148)
	(93.097)	(196.006)
Receitas financeiras		
Juros (ii)	383.538	488.926
Variações monetárias e cambiais	22.323	13.688
	405.862	502.614
Resultado financeiro líquido	312.765	306.608

(i) A redução no exercício refere-se à menor atualização monetária decorrente do contas a pagar RFFSA, a qual foi revertido em junho de 2019 (nota 12).

(ii) A variação refere-se à redução da taxa de juros praticada em contratos de empréstimo entre as empresas do grupo da Companhia.

7. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	340.944	3.614.571
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(115.921)	(1.228.954)

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada exercício. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para o imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro.

8. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo		
ICMS	-	60.789
Total a recuperar	-	60.789
Passivo		
Obrigações sociais	209.013	175.638
PIS	5.682	12.307
COFINS	314.694	344.540
ISS	3.430	2.728
IRPJ	1.755.459	1.666.251
CSLL	634.196	603.511
Outras	427.473	358.541
Total a recolher	3.349.947	3.163.515

O aumento da rubrica no ano está associado basicamente ao lucro auferido no exercício, impactando as contas de IRPJ e CSLL conforme exposto no quadro acima.

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam o recolhimento de Impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS proveniente das receitas da Ferrovia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Para fins de apresentação, a Ferrovia divulga em sua nota explicativa as informações pelo valor líquido dos impostos.

9. Intangível

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro 2019		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	14.969.448	(1.567.928)	13.401.520	4.213.199	(1.437.517)	2.775.682
Total	14.969.448	(1.567.928)	13.401.520	4.213.199	(1.437.517)	2.775.682

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no exercício:

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.758.761
Adições	188.646
Amortização	(156.343)
Baixas	(15.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.775.682
 Saldo em 31 de dezembro de 2019	 2.775.682
Adições	278.068
Prorrogação antecipada da concessão	10.533.545
Amortização	(167.761)
Baixas	(18.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	13.401.520

Prorrogação antecipada da concessão

Em dezembro de 2020, a Companhia concordou com os termos do Governo Federal para prorrogar suas concessões para operar a EFC e a EFVM por trinta anos, passando o vencimento de 2027 para 2057.

Após a assinatura, a EFVM reconheceu um ativo intangível relacionado ao seu direito de uso, e ao mesmo tempo, em troca da renovação antecipada de seus contratos, um passivo no valor de R\$ 10.533.545.

O passivo reconhecido, é composto pelos seguintes compromissos:

- Pagamento pela outorga da concessão, em parcelas trimestrais, totalizando R\$ 2.108.589. Esse compromisso foi mensurado com base no valor presente líquido dos fluxos de caixa projetados de trinta anos, descontado pela taxa de 11,04%.
- Construção de 383 Km da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (“FICO”), entre os municípios de Mara Rosa, em Goiás, e Água Boa, no Mato Grosso. A construção está prevista para começar em 2021 e sua execução deve levar 6 anos. O valor presente do custo estimado para a construção, descontado pela taxa de 2,59%, é de aproximadamente R\$ 6.788.566 em 31 de dezembro de 2020.
- Programa de infraestrutura para melhorar a segurança e redução do fluxo de cruzamentos onde a ferrovia passa por áreas urbanas, cujo valor presente do custo estimado para a construção, descontado pela taxa de 3,08%, é de R\$ 967.307 em 31 de dezembro de 2020.
- Aquisição e entrega de trilhos dormentes para o Governo Federal, que os utilizará para construção do trecho II da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”), a qual ligará os municípios de Caetité e Barreiras, na Bahia, e outros compromissos diversos. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente desses compromissos, descontados pela taxa média de 2,67%, é de aproximadamente R\$ 669.083.

A renovação dos contratos de concessão prevê a revisão e inventário físico da base de ativos existente pela ANTT, podendo afetar o valor das obrigações assumidas. Adicionalmente, a ANTT pode requerer investimentos adicionais, de forma unilateral, na malha da Concessão, cujas condições e limitações serão estabelecidas em ato específico. Em ambas circunstâncias, serão requeridas discussões sobre o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Adicionalmente, como condição para assinatura dos contratos, a Companhia contratou seguro-garantia no montante de R\$ 480.250 para EFC e uma apólice limitado ao valor de R\$ 114.000 que pode ser utilizado pela EFC ou pela EFVM. Estes contratos de seguro garantem a indenização, até o valor fixado na apólice, por eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Vale nos contratos de concessão.

Política contábil

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A Companhia possui concessão para explorar bens da Ferrovia por um exercício determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangível	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

10. Imobilizado

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	170.382	(31.961)	138.421	47.192	(20.336)	26.856
Instalações	725.596	(502.766)	222.830	812.479	(448.729)	363.750
Equipamentos	523.146	(424.494)	98.652	517.945	(382.336)	135.609
Outros	3.754.350	(2.130.524)	1.623.826	3.667.801	(1.958.136)	1.709.665
Imobilizado em curso	735.724	-	735.724	472.639	-	472.639
Total	5.909.198	(3.089.745)	2.819.453	5.518.056	(2.809.537)	2.708.519

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no exercício:

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
	21.541	451.727	179.782	1.800.586	248.328	2.701.964
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.541	451.727	179.782	1.800.586	248.328	2.701.964
Adições	-	-	-	-	328.470	328.470
Baixas	(5)	-	(1.871)	(1.318)	(33.063)	(44.887)
Depreciação e amortização (ii)	(2.106)	(55.441)	(17.123)	(210.990)	-	(277.029)
Transferências	7.426	(32.536)	(25.179)	121.387	(71.098)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.856	363.750	135.609	1.709.665	472.639	2.708.519
	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros (i)	Imobilizações em curso	Total
	26.856	363.750	135.609	1.709.665	472.639	2.708.519
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.856	363.750	135.609	1.709.665	472.639	2.708.519
Adições	-	-	-	-	634.332	634.332
Baixas	-	-	(43)	(4.387)	(232.764)	(237.194)
Depreciação e amortização	(3.493)	(63.919)	(18.396)	(200.396)	-	(286.204)
Transferências	115.058	(77.002)	(18.518)	118.945	(138.483)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	138.421	222.830	98.652	1.623.827	735.724	2.819.453

(i) Referem-se a vagões, locomotivas e infraestrutura da Ferrovia.

(ii) Com base em estudos técnicos efetuados por empresa independente e após a aprovação pelo órgão regulador (ANTT), a Companhia reduziu a vida útil dos trilhos da Ferrovia em 2019.

Política contábil

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela ANTT, conforme a seguir:

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Infraestrutura ferroviária	35 anos
Outros	10 anos a 20 anos

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Estimativa e julgamentos críticos

Redução ao valor recuperável (“impairment”) - Os ativos não financeiros são avaliados para fins de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, consequentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há registro de *impairment* de ativos nas demonstrações financeiras da Ferrovia.

11. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

a) Processos judiciais provisionados

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.345	42.438	488.052	3.026	562.861
Adições (reversões)	(8.830)	(1.233)	108.922	(1.287)	97.572
Pagamento	(7.153)	(2.553)	(101.052)	-	(110.758)
Atualizações monetárias	282	3.676	3.666	(1.030)	6.594
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.644	42.328	499.588	709	556.269

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.644	42.328	499.588	709	556.269
Adições (reversões)	(1.875)	(2.106)	55.627	(100)	51.546
Pagamento	(2)	(4.034)	(93.305)	-	(97.341)
Atualizações monetárias	(2.045)	(6.216)	19.970	(172)	11.537
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.722	29.972	481.880	437	522.011

b) Processos judiciais não provisionados

A Companhia discute nas esferas administrativas e judiciais ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Processos tributários	1.129.259	1.102.806
Processos cíveis	296.327	302.772
Processos trabalhistas	223.272	255.733
Processos ambientais	5.826	5.435
Total	1.654.684	1.666.746

c) Depósitos judiciais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Processos tributários	82.473	80.033
Processos cíveis	7.115	9.183
Processos trabalhistas	204.866	255.809
Processos ambientais	657	587
Total	295.111	345.612

Política contábil

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Normalmente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. Contas a pagar - RFFSA

A Ferrovia era parte em processos judiciais contra a Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA") relacionados a contratos para construir duas redes ferroviárias na cidade de Belo Horizonte. Em junho de 2012, um tribunal federal indeferiu as reclamações do governo federal (como sucessor da RFFSA) contra a Ferrovia e sua reclamação contratual contra a RFFSA. Todos os recursos contra essas decisões foram indeferidos e, em junho de 2019, os tribunais certificaram que as decisões são transitadas em julgado, o que resultou na extinção do processo judicial naquele mês, gerando um resultado positivo significativo no exercício de cerca de R\$ 3.116.168.

13. Patrimônio Líquido

a) Contribuição de capital

A contribuição de capital é de R\$ 4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Resultados acumulados

Os resultados acumulados são de R\$ 4.359.857 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e serão distribuídos conforme as reservas previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina que 25% do lucro líquido deve ser destinado a título de dividendos mínimos obrigatório, após as destinações de reserva legal. O valor registrado em 2020 foi de R\$ 53.443.

14. Partes Relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços, bruta	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Vale (i)	6.804.314	7.212.541	-	-	1.752.369	1.934.015
VLI	27.910	73.124	26.275	87.070	822.380	792.963
Outros	7.138	4.930	-	16.949,00	-	2.921
Total	6.839.362	7.290.595	26.275	104.019	2.574.749	2.729.899

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam saldo devedor de caixa e equivalentes de caixa, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

Política contábil

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (nota 4) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no “Termo de Compromisso” e respectivo termo aditivo, o saldo da “nova” conta de “disponibilidades”, denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira, foi criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base na forma dos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas e a contrapartida na conta “receitas financeiras”. Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

15. Outras informações

O sistema de apuração de custos e gastos da Ferrovia bem como a determinação de seus registros contábeis apresentados nesta demonstração financeira seguem os parâmetros divulgados na nota 2a). Neste sentido os gastos mensais incorridos não são contabilizados diretamente como custos de transporte de minério próprio e terceiros, os quais necessitam ser segregados e compilados para fins destas demonstrações financeiras.

Para fins de segregação dos custos efetua-se determinados rateios seguindo os seguintes critérios:

- ✓ Centros de custos que representam os processos de apoio, serviços auxiliares e compartilhados são rateados para os tipos de transportes (minério próprio, terceiros e passageiros) utilizando Tonelada Quilômetro Bruto - TKB's totais;
- ✓ Centros de custos de frotas de locomotivas são rateados conforme consumo de diesel de cada frota para os tipos de transporte (minério próprio, terceiros e passageiros);
- ✓ Centros de custos de operações de Pátios são distribuídos conforme TKB's, para tipos de carga que transitam nestes pátios; e
- ✓ Centros de custos de trechos da via permanente também utilizam TKB'S totais para direcionar custos para os tipos de transportes (minério próprio, terceiros e passageiros).

Apresentamos abaixo a apuração dos custos de transporte de minério próprio, terceiros e passageiros com base nos critérios acima (valores apresentados em Reais):

Descrição de Contas Contábeis	Total	Próprio	Terceiros
4.1 - Custos serviços de transportes de cargas	2.004.275.824,64	1.391.769.132,63	612.506.692,01
4.1.1 - Custos oper. Serv. Transportes de cargas	2.004.275.824,64	1.391.769.132,63	612.506.692,01
4.1.1.01 - Custos com pessoal	592.391.913,33	411.356.944,62	181.034.968,71
4.1.1.01.01 - Remunerações	366.651.137,24	254.602.549,70	112.048.587,54
4.1.1.01.01.001-Salários	173.282.285,27	120.327.218,89	52.955.066,38
4.1.1.01.01.002-Gratificações	32.535.771,69	22.592.839,86	9.942.931,83
4.1.1.01.01.003-Horas Extras	7.174.963,74	4.982.294,82	2.192.668,92
4.1.1.01.01.004-Férias	26.653.937,70	18.508.494,34	8.145.443,36
4.1.1.01.01.005-13o Salário	19.726.488,70	13.698.073,75	6.028.414,95
4.1.1.01.01.006-Remuneração Variável	79.493.227,98	55.200.097,51	24.293.130,47
4.1.1.01.01.009-Rescisões Trabalhistas	16.671.558,97	11.576.730,55	5.094.828,42
4.1.1.01.01.999-Outros Custos com Pessoal	11.112.903,19	7.716.799,98	3.396.103,21
4.1.1.01.02 - Encargos Sociais	95.611.351,85	66.392.522,72	29.218.829,13
4.1.1.01.02.001-INSS	74.793.131,53	51.936.350,53	22.856.781,00
4.1.1.01.02.002-FGTS	20.818.220,32	14.456.172,19	6.362.048,13
4.1.1.01.03 - Demais custos com pessoal operacional	130.129.424,24	90.361.872,19	39.767.552,05
4.1.1.01.03.001-Treinamento	634.570,40	440.645,69	193.924,71
4.1.1.01.03.002-Gastos com Viagens	9.629.134,75	6.686.471,17	2.942.663,58
4.1.1.01.03.003-Vale Refeição	13.928.826,34	9.672.177,01	4.256.649,33
4.1.1.01.03.004-Cesta Básica	53.019.462,76	36.816.714,94	16.202.747,82
4.1.1.01.03.005-Vale Transporte	26.230.635,18	18.214.553,07	8.016.082,11
4.1.1.01.03.006-Diárias Maquinistas	8.044.221,50	5.585.907,41	2.458.314,09
4.1.1.01.03.007-Serviço Médico Periódico	400.379,36	278.023,43	122.355,93
4.1.1.01.03.008-Plano de Saúde	1.310.224,14	909.819,64	400.404,50
4.1.1.01.03.011-Previdência Privada	5.604.016,35	3.891.428,95	1.712.587,40
4.1.1.01.03.012-Seguro de Vida em Grupo	1.107.693,03	769.182,04	338.510,99
4.1.1.01.03.015-Assistência Materno-Infantil	724.587,30	503.153,42	221.433,88
4.1.1.01.03.016-Equipamentos de Proteção Individual	6.298.393,66	4.373.604,56	1.924.789,10
4.1.1.01.03.017-Estagiaários	3.197.279,47	2.220.190,86	977.088,61
4.1.1.02 - Peças, Partes e componentes	531.581.716,15	369.130.343,69	162.451.372,46
4.1.1.02.01 - Peças, Partes e componentes	531.581.716,15	369.130.343,69	162.451.372,46
4.1.1.02.01.001-Via Permanente	44.053.301,74	30.590.612,73	13.462.689,01
4.1.1.02.01.004-Maquinhas e Equipamentos de Operações	394.316.769,30	273.813.564,60	120.503.204,70
4.1.1.02.01.005-Telecomunicação/Sinalizações	33.073.852,17	22.966.482,95	10.107.369,22
4.1.1.02.01.006-Eletroeletrônico	41.463.717,70	28.792.405,57	12.671.312,13
4.1.1.02.01.008-Veículos Rodoviários	2.284.902,64	1.586.636,39	698.266,25
4.1.1.02.01.999-Outros Materiais	16.389.172,60	11.380.641,45	5.008.531,15
4.1.1.03 - Serviços de terceiros - Operação	155.048.585,45	107.665.737,74	47.382.847,71
4.1.1.03.01 - Serviços de terceiros - Operação	899.189,70	624.397,33	274.792,37
4.1.1.03.01.004-Máquinas e Equipamentos de Operações	14.000,00	9.721,60	4.278,40
4.1.1.03.01.005-Telecomunicação/Sinalização	885.189,70	614.675,73	270.513,97
4.1.1.03.02 - Outros Serviços de terceiros	154.149.395,75	107.041.340,41	47.108.055,34
4.1.1.03.02.001-Serviços de Segurança e Vigilância	11.949.448,17	8.297.696,81	3.651.751,36
4.1.1.03.02.003-Serviços de Fretes	3.945.266,54	2.739.593,09	1.205.673,45
4.1.1.03.02.005-Estudos e Pesquisas	10.183.709,30	7.071.567,74	3.112.141,56
4.1.1.03.02.008-Serviços de Manutenção	74.896.528,60	52.008.149,46	22.888.379,14
4.1.1.03.02.999-Outros Serviços de Terceiros	53.174.443,14	36.924.333,32	16.250.109,82
4.1.1.05 - Custo de aluguel e arrendamento	16.853.835,41	11.703.303,31	5.150.532,10

4.1.1.05.01 - Custo de aluguel e arrendamento	16.853.835,41	11.703.303,31	5.150.532,10
4.1.1.05.003-Aluguel de Equipamentos Operacionais	16.303.430,06	11.321.101,83	4.982.328,23
4.1.1.05.00999-Outros Custos de Aluguel e Leasing	550.405,35	382.201,48	168.203,87
4.1.1.07 - Depreciação e Amortização	437.463.642,48	303.774.753,34	133.688.889,14
4.1.1.07.01 - Depreciação e Amortização	437.463.642,48	303.774.753,34	133.688.889,14
4.1.1.07.01.004-Depreciação de Equipamentos de Sinalização	39.783.635,90	27.625.756,77	12.157.879,13
4.1.1.07.01.005-Depreciação de Aparelhos e Equipamentos de Telecomunicações	1.497,96	1.040,18	457,78
4.1.1.07.01.006-Depreciação de Infraestrutura	62.990.947,02	43.740.913,61	19.250.033,41
4.1.1.07.01.007-Depreciação de Superestrutura	90.772.204,60	63.032.218,87	27.739.985,73
4.1.1.07.01.008-Depreciação de Material Rodante	141.458.641,82	98.228.880,88	43.229.760,94
4.1.1.07.01.009-Depreciação de Máquinas e Equipamentos	17.717.857,77	12.303.280,44	5.414.577,33
4.1.1.07.01.010-Depreciação de Instalações, Edif. E Dependências	63.424.103,86	44.041.697,72	19.382.406,14
4.1.1.07.01.011-Depreciação de Veículos	2.836.920,97	1.969.957,92	866.963,05
4.1.1.07.01.012-Depreciação de Aeronaves	405,32	281,45	123,87
4.1.1.07.01.013-Depreciação de Móveis e Utensílios	6.889.558,33	4.784.109,30	2.105.449,03
4.1.1.07.01.014-Depreciação de Equipamentos Eletrônicos de dados	1.808.102,79	1.255.546,58	552.556,21
4.1.1.07.01.016-Amortização de Sistemas Aplicativos e Software	523.168,87	363.288,46	159.880,41
4.1.1.07.01.019-Amortização de Outros ativos Intangíveis	9.160.797,66	6.361.257,90	2.799.539,76
4.1.1.07.01.043-Depreciação de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	95.799,61	66.523,25	29.276,36
4.1.1.08 - Combustíveis e Lubrificantes	237.046.722,73	164.605.244,26	72.441.478,47
4.1.1.08.01 - Combustíveis e Lubrificantes	237.046.722,73	164.605.244,26	72.441.478,47
4.1.1.08.01.001-Óleo Diesel	227.761.779,51	158.157.779,69	69.603.999,82
4.1.1.08.01.002-Combustíveis	1.765.910,78	1.226.248,45	539.662,33
4.1.1.08.01.003-Aditivos e Lubrificantes	7.519.032,44	5.221.216,13	2.297.816,31
4.1.1.09 - Custos Gerais	33.889.409,09	23.532.805,67	10.356.603,42
4.1.1.09.05 - Outros Custos Gerais	33.889.409,09	23.532.805,67	10.356.603,42
4.1.1.09.05.002-Custos Administrativos	908.064,45	630.559,95	277.504,50
4.1.1.09.05.003-Impostos e Taxas	17.574.455,37	12.203.701,81	5.370.753,56
4.1.1.09.05.004-Custos com Energia Elétrica	6.776.347,85	4.705.495,95	2.070.851,90
4.1.1.09.05.006-Custos com Seguro	7.391.682,19	5.132.784,11	2.258.898,08
4.1.1.09.05.008-Custos com Água	354.053,18	245.854,53	108.198,65
4.1.1.09.05.009-Custos com Telefone	835.096,08	579.890,72	255.205,36
4.1.1.09.05.010-Custos com Correios	13.184,30	9.155,18	4.029,12
4.1.1.09.03.999-Outras	36.525,67	25.363,43	11.162,24
4.2 - Custos dos Serviços de Transportes de Passageiros	69.818.162,89	-	-
4.2.1 - Custos Operacionais dos Serviços de Transportes de Passageiros	69.818.162,89	-	-
4.2.1.01 - Custos com Pessoal	18.621.658,76	-	-
4.2.1.01.01 - Remunerações	11.401.856,20	-	-
4.2.1.01.01.001 - Salários	5.455.163,06	-	-
4.2.1.01.002 - Gratificações	746.403,84	-	-
4.2.1.01.003 - Horas Extras	419.185,47	-	-
4.2.1.01.004 - Férias	804.207,88	-	-
4.2.1.01.005 - 13º Salário	611.036,36	-	-
4.2.1.01.006 - Remuneração Variável	2.549.452,39	-	-
4.2.1.01.009 - Rescisões Trabalhistas	550.063,44	-	-
4.2.1.01.0999 - Outros Custos com Pessoal	266.343,76	-	-
4.2.1.01.02 - Encargos Sociais	2.878.147,10	-	-
4.2.1.01.02.001 - INSS	2.229.686,96	-	-
4.2.1.01.02.002 - FGTS	648.460,14	-	-
4.2.1.01.03 - Demais Custos com Pessoal Operacional	4.341.655,46	-	-
4.2.1.01.03.001 - Treinamento	14.994,57	-	-
4.2.1.01.03.002 - Gastos com Viagens	582.187,72	-	-
4.2.1.01.03.003 - Vale Refeição	522.317,30	-	-
4.2.1.01.03.004 - Cesta Básica	1.424.159,13	-	-
4.2.1.01.03.005 - Vale Transporte	823.369,86	-	-
4.2.1.01.03.006 - Diárias Maquinistas	292.695,00	-	-
4.2.1.01.03.007 - Serviço Médico Periódico	11.948,01	-	-
4.2.1.01.03.008 - Plano de Saúde	79.585,82	-	-
4.2.1.01.03.011 - Previdência Privada	183.661,14	-	-
4.2.1.01.03.012 - Seguro de Vida em Grupo	34.537,25	-	-
4.2.1.01.03.015 - Assistência Materno-Infantil	31.762,59	-	-
4.2.1.01.03.016 - Equipamentos de Proteção Individual	135.503,49	-	-
4.2.1.01.03.017 - Estagiários	204.933,58	-	-
4.2.1.02 - Peças, Partes e Componentes	4.678.213,56	-	-
4.2.1.02.01 - Peças, Partes e Componentes	4.678.213,56	-	-
4.2.1.02.01.001 - Via Permanente	749.966,60	-	-
4.2.1.02.01.004 - Máquinas e Equipamentos de Operações	1.980.571,68	-	-
4.2.1.02.01.005 - Telecomunicações / Sinalizações	17.102,03	-	-
4.2.1.02.01.006 - Eletroeletrônico	277.227,56	-	-
4.2.1.02.01.999 - Outros Materiais	1.653.345,69	-	-
4.2.1.03 - Serviços de Terceiros	13.398.149,11	-	-
4.2.1.03.02 - Outros Serviços de Terceiros	13.398.149,11	-	-
4.2.1.03.02.001 - Serviços de Segurança e Vigilância	60.575,78	-	-
4.2.1.03.02.002 - Estudos e Pesquisas (Consultoria)	174.895,49	-	-
4.2.1.03.02.004 - Serviços de Terceiros Diversos	13.162.677,84	-	-
4.2.1.05 - Custo de Aluguel e Arrendamentos	417.344,66	-	-

4.2.1.05.01 - Custo de Aluguel e Arrendamentos	417.344,66	-	-
4.2.1.05.01.003 - Aluguel de Equipamentos Operacionais	405.521,74	-	-
4.2.1.05.01.999 - Outros Custos de Aluguel e Arrendamento	11.822,92	-	-
4.2.1.07 - Depreciação e Amortização	18.263.404,15	-	-
4.2.1.07.01 - Depreciação e Amortização	18.263.404,15	-	-
4.2.1.07.01.006 - Depreciação de Infraestrutura	2.335,07	-	-
4.2.1.07.01.008 - Depreciação de Material Rodante	10.840.249,74	-	-
4.2.1.07.01.009 - Depreciação de Máquinas e Equipamentos	647.741,39	-	-
4.2.1.07.01.010 - Depreciação de Instalações, Edifícios e Dependências	6.418.809,74	-	-
4.2.1.07.01.013 - Depreciação de Móveis e Utensílios	278.372,93	-	-
4.2.1.07.01.014 - Depreciação de Equipamentos Eletrônicos de Dados	75.895,28	-	-
4.2.1.08 - Combustíveis e Lubrificantes	1.353.654,64	-	-
4.2.1.08.01 - Combustíveis e Lubrificantes	1.353.654,64	-	-
4.2.1.08.01.001 - Óleo Diesel	1.344.231,18	-	-
4.2.1.08.01.002 - Combustíveis	7.829,33	-	-
4.2.1.08.01.003 - Aditivos e Lubrificantes	1.594,13	-	-
4.2.1.09 - Custos Gerais	13.085.738,01	-	-
4.2.1.09.04 - Outros Custos Gerais	13.085.738,01	-	-
4.2.1.09.04.002 - Custos Administrativos	38.464,52	-	-
4.2.1.09.04.003 - Impostos e Taxas	259.836,66	-	-
4.2.1.09.04.004 - Custos com Energia Elétrica	902.480,15	-	-

* * *

Cecília Fernandes Albuquerque

Gerente de Controladoria

CRC-RJ 111734/O